

A Turquia e a Produção Discursiva da Europa

Marcos Farias Ferreira

Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade Técnica de Lisboa

O ponto de partida para esta tese é que a Europa consiste, antes de mais, numa ideia ou construção normativa. Em termos do projecto que lhe confere um nome, a Europa é uma entidade social, não geográfica. O que se segue é que as problemáticas relativas à sua identidade, composição e fronteira de ordem devem ser clarificadas, em meu entender, a partir do nível específico das normas, das práticas colectivas e da linguagem, ou seja, do discurso, e não a partir do pressuposto da existência de uma propriedade essencial endógena a sociedades definidas como europeias. Ao destacar o nível das propriedades constitutivas como aquele em que a Europa é continuamente produzida e reproduzida, proponho-me esclarecer o processo que tem conduzido a uma progressiva des-essencialização desta entidade social, ao ponto de diferentes e até contraditórios traços culturais serem integrados no projecto europeu sem pôr em causa a sua continuidade.

Assim, vale a pena clarificar que a Europa como processo discursivo aponta no sentido da transição da identidade cultural para a identidade política, de que aquilo que começou por ser entendido de forma estritamente patrimonial vem evoluindo no sentido da convergência portadora de futuro em torno da possibilidade de uma construção republicana.

A aceitação da Turquia como país candidato à adesão à União Europeia, decisão tomada pelo Conselho Europeu do Luxemburgo, em Outubro de 2005, deve ser visto como acto linguístico que produz Europa a partir do entendimento de que ser europeu é uma instituição colectiva que constitui os estados porque os investe de capacidades sociais. Neste sentido, a decisão do Luxemburgo é um momento crucial no longo processo político de enunciação da 'Europa' e, por conseguinte, de articulação das possibilidades constitutivas da Europa. Nessa articulação, a decisão surge como acto linguístico que produz a possibilidade de pensar a Turquia como estado europeu.

Deste ponto de vista, a longa história discursiva da Europa ressalta não como fixa, nem causada de forma determinista, mas aberta a diferentes soluções para as problemáticas da governação e da delimitação da ordem. Ao procurar entender a Europa de forma social, a minha perspectiva é a de que a materialidade da geografia não causa uma determinada estrutura cognitiva de nome 'Europa'; ao contrário, é a estrutura cognitiva que converge na enunciação 'Europa' aquilo que possibilita entendimentos específicos quanto ao seu enquadramento geográfico e às consequências políticas relativas à governação. A questão relevante é que, como estrutura cognitiva ou contexto de significado, a Europa é aquilo que os actores relevantes fazem, ou melhor, vão fazendo dela, dos significados colectivos que vão produzindo para lhe dar sentido e vocação. Historicamente, o consenso intersubjectivo nesta matéria foi variando entre a *respublica christina*, o concerto de nações e aquilo que alguns já chamam de entidade política pós-soberana. Como qualquer discurso, também o 'discurso da Europa' deve ser visto como possibilitador em vez de causal, uma vez que pode partir destas ou doutras referências históricas, dependendo dos entendimentos que os actores relevantes tragam para a mesa das negociações e da capacidade linguística que demonstrem para os promover. Assim, o 'discurso da Europa' toma corpo na narrativa da permanente contestação em torno do significado e das possibilidades da Europa e da sua fronteira da ordem, antes mesmo de produzir efeitos ao nível da governação quotidiana. Como todos os discursos, ele estabelece limites quanto ao que pode ser articulado como europeu, ao mesmo tempo que possibilita aos actores um alargamento do repertório da identidade a aplicar em diferentes posições de subjectividade. O 'discurso da Europa' é contingente mas não é fortuito, encontra-se enraizado na História e nas suas possibilidades imanescentes.

Partindo do princípio de que os discursos não causam mas possibilitam, de que não são rígidos mas mudam com o tempo, é fundamental abordar a problemática do carácter europeu da Turquia, não só do ponto de vista da aprendizagem complexa e da europeização de que essa sociedade deu mostras ao longo do último século, mas também da progressiva reconstrução do ‘discurso da Europa’ nesse mesmo período de tempo, através da relação dialógica com os seus ‘outros’ constitutivos.

Uma leitura social da Europa contrasta assim com as suas leituras essencialistas, uma vez que procura pôr de manifesto a contingência dos processos que produzem e reproduzem as identidades e os interesses dos actores envolvidos na governação europeia. Desta leitura social, a Europa emerge como entidade intersubjectiva historicizada e instável, constituída pelos interesses e identidades dos seus actores e, ao mesmo tempo, constituindo esses interesses e identidades.

Assim, a decisão do Conselho Europeu em 2005 representa uma nova articulação da identidade europeia em torno dos critérios estritamente políticos estabelecidos para a adesão de novos membros à UE. O que é revelador, em meu entender, é que esta articulação diga respeito à Turquia, uma vez que a construção da identidade europeia não deve ser vista apenas como processo endógeno, mas na relação crítica, historicizada, entre o plano endógeno e a produção do ‘outro’. Desta forma, a decisão do Conselho Europeu de 2005 é compreensível do ponto de vista do longo processo histórico de enraizamento da Turquia no sistema europeu de estados e da sua consequente europeização, um processo que levou a Turquia de ‘outro’ constitutivo da Europa a seu parceiro e, possivelmente, para lá disso a membro pleno da UE. Trata-se aqui de um processo complexo de aprendizagem social em que se destaca, não só a vontade de europeização da Turquia, mas também a mutação do ‘discurso da Europa’ no confronto com a mutação da subjectividade do seu ‘outro’ constitutivo tradicional.